

**ATA DA 132ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE,
REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2018**

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME, 5º andar, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE: SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO, SÉRGIO ALONSO DA COSTA e o membro suplente MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN, em substituição, nos termos do Art. 80 do Estatuto Social da EPE, à Senhora LÚCIA HELENA DE GODOY, que justificou com antecedência a sua ausência. Por videoconferência, no Escritório Central da EPE, situado na Avenida Rio Branco, número um, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, participaram da reunião, como convidados: o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO e o Auditor Interno CARLOS ALVES DE SOUZA. A reunião foi secretariada, no Rio de Janeiro, por mim, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, Secretária-Geral.

ABERTURA.

A Presidente do Conselho SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM.

Diante da presença da maioria absoluta dos Conselheiros, restou configurado o atendimento do *quorum* estatutário para deliberações.

APRESENTAÇÃO.

A reunião começou com a aprovação da ata da 131ª Reunião do Conselho Fiscal. Em seguida, foi apresentada a tabela com o andamento das solicitações do Conselho. Para relatar dois assuntos dessa tabela, foi convidado para participar da reunião o Diretor de Gestão Corporativa (DGC) ÁLVARO HENRIQUE MATIAS PEREIRA, que iniciou com o relato sobre a apuração de responsabilidade pelo aparente atraso no processo licitatório que visava à substituição do contrato de serviço de acesso à



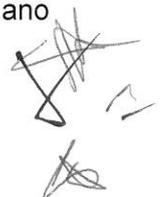
internet referente ao Processo nº 48002.005644/2016-76. O Diretor esclareceu que não houve atraso no trato das questões relativas ao andamento desse processo, houve, sim, problemas que comprometeram a composição do valor estimado para a contratação (demora das empresas consultadas para estimativa de preço – pesquisa de mercado), implicando retardo na fixação da sessão pública do pregão, bem como a apresentação de impugnação, nos termos da lei, que orientaram a reabertura do prazo da licitação, implicando a necessidade da prorrogação extraordinária do contrato vigente. Não se trata de procedimento ilegal, não é recorrente na Empresa e permitiu que houvesse continuidade dos serviços de acesso à internet, evitando maiores danos à administração com a descontinuidade do serviço prestado. De tudo isso, resultou que a EPE conseguiu um contrato de melhor qualidade e menor preço.

A Presidente do Conselho SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO solicitou o encaminhamento dos elementos que nortearam a decisão pela prorrogação em questão, para que o Conselho possa examinar as ações realizadas pela Empresa. Esse tema voltará à pauta na reunião de junho próximo.

Em seguida, o Diretor tratou sobre o andamento do processo da Empresa STRIKE relativa ao Helpdesk – rescisão de contrato. Sobre esse tema, após a uma rápida retrospectiva do assunto, o Diretor da DGC informou as dificuldades nesse processo contratual. Relatou que, em dezembro de 2017, a empresa não conseguiu pagar os empregados. Na forma da Lei, a EPE contratou o remanescente do contrato, consultando os demais participantes da licitação original. O contrato com a empresa STRIKE foi rescindido a partir de 15 de março passado. A segunda colocada já está prestando os serviços. Após a apresentação, o Colegiado considerou essa questão esclarecida.

Após os relatos, o Diretor ÁLVARO HENRIQUE MATIAS PEREIRA se retirou da reunião.

Na sequência, foi demonstrada a atualização das legendas das tabelas de licitações e de contratos. Quanto ao Parecer da Auditoria Externa sobre o AFAC e as contas, foi informado que ele consta das Demonstrações do exercício de 2017, de conhecimento do Colegiado. Com relação ao Calendário de execução dos procedimentos administrativos para atender à Lei nº 13.303/2016, que prescindem de alteração estatutária, aprovado pelo Conselho de Administração, em agosto de 2017, o Colegiado informou que, em adição às suas competências determinadas por lei e pelo Estatuto da Empresa, acompanhará anualmente o atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da estratégia de longo prazo (Plano



Estratégico Institucional/PEI). Para tanto, determinou que seja alterado o Plano de Trabalho e o Regimento Interno, para que essa questão seja incluída.

Após essas apresentações, o Conselho considerou esclarecidas as questões.

A reunião continuou com a distribuição das cópias das atas das 128ª a 130ª reuniões do Conselho Fiscal, das 158ª a 160ª, do Conselho de Administração e das 438ª a 444ª, da Diretoria Executiva.

Prosseguiu-se, então, com a verificação das certidões: Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Essa certidão está com a data de dezembro de 2017, pois há pendência, que a Empresa está providenciando o saneamento, conforme demonstrado no Relatório Complementar de Situação Fiscal.

Continuou-se com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa no município do Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Estadual no Estado do Rio de Janeiro, Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município do Rio de Janeiro, Comprovantes de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em Brasília e no Rio de Janeiro, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Contribuinte do ICMS no Estado do Rio de Janeiro, Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – DIF, Certidão de Baixa no Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro. Essa certidão demonstra que a EPE deu baixa no Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro. O Conselho considerou uma boa iniciativa.

Prosseguiu-se com a Certidão de Regularidade Fiscal – Certidão Negativa de Débitos – CND da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Relatório de Situação Fiscal.

Em seguida, foi apresentado o extrato do CADIN, que apresenta a EPE inscrita no Cadastro de Inadimplentes pela Petrobras em 17 de julho de 2017. Foi explicado que a certidão apresentada se refere ao dia 07 de março passado. Entretanto, atualmente,



a Petrobras retirou o nome da EPE do CADIN e está analisando as razões expostas pela CONJUR da EPE, conforme relato em reunião passada. Caso as tratativas em andamento entre a EPE e a Petrobras se mostrem infrutíferas, a Empresa informou que as peças necessárias para o início dos procedimentos perante a Câmara de Arbitragem da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/AGU) já estão minutadas, bem como as eventuais peças para uma ação judicial.

Na sequência, foram apresentadas as tabelas de Licitações em andamento (sem pequeno vulto) e dos Contratos vigentes na EPE (sem pequeno vulto), ambas atualizadas em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2018.

A seguir, o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO apresentou os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do Cartão Corporativo, com extratos de janeiro de 2018, juntamente com as descrições dos itens adquiridos por meio de Cartão Corporativo, que ultrapassaram o valor de duzentos reais.

A exposição continuou com a apresentação da gestão de recursos econômico-financeiros, com posição em janeiro de 2018, iniciando pelo Demonstrativo de Acompanhamento da Realização Orçamentária e a Tabela com a execução do orçamento até 31 de janeiro de 2018, com relação aos estudos do PAC. Quanto a esses dois demonstrativos, o Conselheiro SÉRGIO ALONSO DA COSTA apontou algumas inconsistências, que serão incorporadas e alteradas. As novas tabelas serão encaminhadas aos Conselheiros.

Deu-se prosseguimento com a apresentação do Demonstrativo da Evolução do Quadro de Pessoal, com a realização até janeiro de 2018, do Demonstrativo da posição do Endividamento; das Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em janeiro de 2018, juntamente com as Notas Explicativas, apontando um lucro acumulado no exercício de 2018, em janeiro, o valor de R\$ 1.431 mil. O lucro apurado no período de janeiro/18 foi decorrente, principalmente, do recebimento de subsídios para pagamento de tributos (IRPJ e CSLL), onde o fato gerador foi no exercício de 2017.

Após, discutiu-se o Demonstrativo com a Comparação do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, no 1ª trimestre, até janeiro de 2018, com o mesmo período de 2017. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional; dos Demonstrativos de Custos e Despesas Operacionais; dos



Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras; e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro.

Na sequência, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários; o Fluxo de Caixa do Exercício no 1º trimestre até janeiro de 2018; Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar até janeiro de 2018 e os Demonstrativos com a Composição da conta contábil “Despesas Financeiras”.

Nesse momento, foi apresentado a minuta do Plano de Trabalho Anual – exercício 2018 e a minuta do Regimento Interno do Conselho Fiscal, para apreciação pelo Colegiado.

A seguir, a Secretária-Geral informou a realização da 2ª Assembleia Geral Ordinária, em 17 de abril próximo, conforme comunicado da PGFN/CAS, por meio do Ofício SEI nº 32/2018/CAS/PGACFF/PGFN-MF, de 23 de janeiro de 2018.

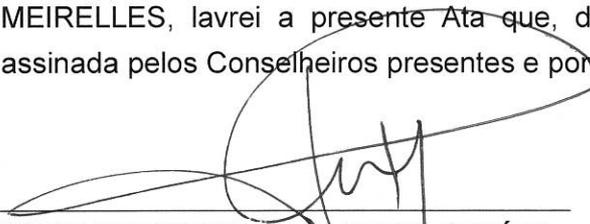
A seguir, o Auditor Interno CARLOS ALVES DE SOUZA, atendendo ao determinado no inciso IX do Art. 83 do Estatuto Social da EPE, apresentou o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2017 para exame do Colegiado. Foi informado que o RAIN foi formatado em conformidade e em atendimento ao regulamentado e requerido pela Controladoria Geral da União por meio da Instrução Normativa CGU nº 24/2015. Dessa forma, além da descrição dos trabalhos realizados de acordo com o previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2017, foi realizada uma análise consolidada acerca do nível de maturidade dos controles internos da Empresa; a descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias; a descrição das ações de capacitação realizadas; as recomendações emitidas e implementadas no exercício; os benefícios decorrentes da atuação da unidade de Auditoria Interna; e a implementação das recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU).

Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal solicitou à Secretária-Geral que encaminhe cópia desta Ata de Reunião ao Conselho de Administração e à PGFN, na qualidade de representante da União, para conhecimento.

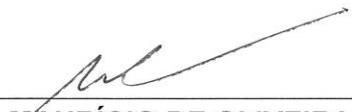
ENCERRAMENTO.



Em seguida, às dezesseis horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer Conselheiro manifestado desejo de fazer uso da palavra, a Presidente do Conselho SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrada a 132ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Assim, eu, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.



SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Presidente do Conselho



MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN
Conselheiro Suplente



SÉRGIO ALONSO DA COSTA
Conselheiro



CLAUDIA MEIRELLES
Secretária-Geral